



SEASIC

**SEASIC - SECRETARIA DE ESTADO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA -
SERGIPE - SE**

ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL Nº 01/2025

**CÓD: OP-081JN-25
7908403568529**

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de texto; Organização estrutural dos textos; Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade; Textos literários e não literários	7
2. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo	15
3. Tipos textuais, características específicas de cada tipo	16
4. Tipologia da frase portuguesa	18
5. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	20
6. Problemas estruturais das frases	22
7. Norma culta	23
8. Pontuação e sinais gráficos	25
9. Organização sintática das frases: termos e orações; Ordem direta e inversa	26
10. Tipos de discurso	30
11. Registros de linguagem	31
12. Funções da linguagem	33
13. Elementos dos atos de comunicação	34
14. Estrutura e formação de palavras	34
15. Formas de abreviação	35
16. Classes de palavras, aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições, modalizadores.....	37
17. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; Polissemia e ambiguidade	44
18. Os dicionários: tipos, organização de verbetes.....	47
19. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos, latinismos	48
20. Ortografia e acentuação gráfica, crase	50

Atualidades

1. Principais desafios ambientais no Brasil e no mundo: desmatamento, mudanças climáticas e preservação da biodiversidade	59
2. Impactos da pandemia de COVID-19 na economia, saúde e sociedade brasileira	64
3. Transformações tecnológicas e seus efeitos no mercado de trabalho e na educação.....	68
4. Crises geopolíticas globais e seus reflexos no Brasil, como a guerra na Ucrânia e o impacto nos preços de combustíveis e alimentos	71
5. Desafios da desigualdade social e a luta por equidade no acesso à saúde, educação e segurança	76
6. O papel das redes sociais e da mídia na disseminação de informações e no combate às fake News	79
7. Reformas estruturais no Brasil: previdência, tributária e administrativa, e suas implicações sociais e econômicas.....	84
8. HISTÓRIA DO ESTADO DE SERGIPE: Período pré-colonial: ocupação indígena e principais etnias da região, como os Tupinambás e Xokós	90
9. Colonização e criação do estado: conquistas territoriais e disputas com os povos nativos	95
10. Ciclos econômicos: a produção de açúcar no período colonial e a pecuária no se	99
11. O papel de Sergipe na independência do Brasil e na consolidação do estado nacional.....	102
12. Movimentos sociais e culturais ao longo dos séculos XIX e XX, como a Abolição da Escravatura e a Revolução de 1930	105
13. Desenvolvimento urbano e modernização: de Aracaju como capital planejada às transformações do século XX.....	109
14. Personagens históricos importantes de Sergipe, como Tobias Barreto e Augusto Franco.....	113

15. ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO ESTADO DE SERGIPE: Localização estratégica no Nordeste: limites geográficos e conectividade com estados vizinhos	115
16. Recursos naturais e econômicos: petróleo e gás natural como motores da economia sergipana	119
17. Agricultura e pecuária: culturas predominantes, como cana-de-açúcar, milho e mandioca, e sua relevância regional.....	122
18. O papel de Sergipe no sistema de energia nacional: produção e distribuição de energia elétrica e gás.....	125
19. Relações políticas e econômicas com o restante do Brasil, com foco em parcerias interregionais	129
20. Desafios urbanos e rurais: desigualdades regionais, planejamento urbano e sustentabilidade	132
21. Turismo e cultura como fatores geopolíticos: atrativos como o Cânion do Xingó e o patrimônio histórico de São Cristóvão ...	136

Conhecimentos Específicos

Assistente Social

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.....	143
2. O Serviço Social na contemporaneidade	149
3. A dimensão pedagógica do trabalho do Assistente Social.....	150
4. Materialismo Histórico Dialético e a práxis profissional	152
5. Princípios fundamentais do código de ética profissional; Serviço Social: direitos e competências profissionais.....	158
6. Serviço Social e Economia Política	165
7. Ética Profissional do Assistente Social na área da saúde	166
8. Serviço Social e a emissão de relatórios, laudos e pareceres; instrumentos e técnicas do Serviço Social	168
9. Metodologias participativas para grupos.....	175
10. Supervisão de Estágio	176
11. Controle Social e Participação em Políticas Pública	178
12. Planejamento: programas, projetos, serviços e benefício	182
13. Serviço Social e o sistema de seguridade social.....	184
14. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.....	215
15. Serviço Social e trabalho com famílias.....	216
16. Questão Social e saúde	223
17. Reforma Sanitária e política de saúde no Brasil; Reforma Sanitária e os desafios para a saúde pública no Brasil	224
18. Serviço Social e Saúde: estratégias de intervenção	233
19. Serviço Social e Reforma Psiquiátrica	237
20. Níveis de proteção em saúde.....	243
21. Programas de saúde.....	244
22. Política antidrogas e redução de danos	246
23. Estatuto da Criança e do Adolescente	252
24. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	292
25. Estatuto do Idoso	310
26. Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993)	321
27. Lei estadual nº 9.342 de 19 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Estado de Sergipe	323

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO; ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS; MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE; TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

4. Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

ATUALIDADES

PRINCIPAIS DESAFIOS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO: DESMATAMENTO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

O DESMATAMENTO E SEUS IMPACTOS

O desmatamento é um dos principais desafios ambientais enfrentados pelo Brasil e pelo mundo. A destruição das florestas compromete a biodiversidade, intensifica as mudanças climáticas e afeta diretamente a qualidade de vida das populações. Neste tópico, vamos abordar as principais causas do desmatamento, suas consequências e discutir o caso específico da Amazônia, que representa uma das regiões mais críticas do planeta.

► Causas do desmatamento

O desmatamento pode ser causado por diversos fatores, sendo os principais:

Expansão agropecuária:

A agropecuária é a principal causa do desmatamento, especialmente no Brasil. A conversão de florestas em áreas de pastagem para o gado e o cultivo de grãos, como soja e milho, impulsiona a derrubada da vegetação nativa. Segundo dados do MapBiomas, aproximadamente 90% da vegetação desmatada na Amazônia é convertida para uso agropecuário.

Exploração madeireira:

A extração ilegal de madeira é outra grande ameaça às florestas. Árvores de alto valor comercial, como mogno e ipê, são frequentemente derrubadas sem controle. Esse processo, além de degradar o ecossistema, abre caminho para a ocupação irregular e a conversão da floresta em áreas de pastagem ou cultivo.

Expansão urbana e infraestrutura:

O crescimento das cidades e a construção de rodovias, hidrelétricas e outras infraestruturas também contribuem para o desmatamento. A abertura de estradas facilita o acesso a áreas preservadas, tornando-as vulneráveis a invasões e exploração ilegal.

Queimadas e desmatamento ilegal:

Muitas áreas desmatadas são posteriormente queimadas para “limpeza” do terreno. Essas queimadas não só destroem a vegetação, mas também liberam grandes quantidades de gases de efeito estufa na atmosfera, agravando o aquecimento global. Em períodos de seca, o fogo pode se alastrar descontroladamente, destruindo áreas ainda não exploradas.

► Consequências ambientais do desmatamento

O desmatamento tem impactos devastadores para o meio ambiente e para a sociedade. Entre os principais efeitos, destacam-se:

Perda da biodiversidade:

As florestas tropicais, como a Amazônia e a Mata Atlântica, abrigam uma enorme variedade de espécies vegetais e animais. A destruição desses ecossistemas resulta na extinção de diversas espécies, muitas das quais ainda não foram sequer descobertas pela ciência. A perda da biodiversidade afeta toda a cadeia alimentar e pode ter impactos imprevisíveis para o equilíbrio ecológico.

Alterações no clima e no ciclo hidrológico:

As florestas desempenham um papel fundamental na regulação do clima e no ciclo da água. A Amazônia, por exemplo, contribui para a formação de chuvas em várias regiões do Brasil. O desmatamento reduz a evapotranspiração, diminuindo as chuvas e provocando secas prolongadas, especialmente no Centro-Oeste e Sudeste do país.

Aumento das emissões de gases de efeito estufa:

A queima de florestas libera grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera. Esse processo acelera o aquecimento global e contribui para as mudanças climáticas. Além disso, a degradação do solo reduz a capacidade da vegetação de capturar carbono, agravando ainda mais o problema.

Erosão e degradação do solo:

A retirada da cobertura vegetal deixa o solo exposto à ação das chuvas e dos ventos, tornando-o mais suscetível à erosão. Com o tempo, a fertilidade do solo diminui, afetando a produtividade agrícola e aumentando o risco de desertificação em algumas regiões.

► O caso da Amazônia: situação atual e desafios

A Floresta Amazônica é um dos ecossistemas mais ricos do planeta, mas também um dos mais ameaçados. Nos últimos anos, o desmatamento na região tem atingido níveis alarmantes, impulsionado por atividades ilegais e pelo avanço da fronteira agropecuária.

Números do desmatamento na Amazônia:

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento na Amazônia brasileira tem aumentado significativamente. Entre agosto de 2021 e julho de 2022, foram desmatados aproximadamente 1500 km² de floresta – uma área maior do que muitas cidades do mundo.

Principais desafios na proteção da Amazônia:

A preservação da Amazônia enfrenta desafios complexos, como:

- **Fiscalização insuficiente:** A falta de recursos e pessoal para monitoramento dificulta o combate às práticas ilegais.
- **Conflitos fundiários:** Disputas por terras entre indígenas, agricultores e garimpeiros contribuem para a degradação ambiental.
- **Políticas públicas inconsistentes:** Mudanças nas políticas ambientais podem favorecer o desmatamento ou a proteção da floresta, dependendo do contexto político.

Possíveis soluções para frear o desmatamento:

Para combater o desmatamento, são necessárias estratégias eficazes e coordenadas, tais como:

- **Fortalecimento da fiscalização ambiental:** O aumento da presença de órgãos como o IBAMA e ICMBio pode coibir atividades ilegais.
- **Incentivos à economia sustentável:** Alternativas como o manejo florestal sustentável e a bioeconomia podem gerar renda sem destruir a floresta.
- **Apoio a comunidades tradicionais:** Povos indígenas e ribeirinhos desempenham um papel crucial na preservação da Amazônia e devem ser protegidos.

O desmatamento é um problema global que afeta diretamente o clima, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações. No Brasil, a situação é especialmente crítica na Amazônia, onde a destruição florestal tem avançado de forma preocupante. Enfrentar esse desafio exige um esforço conjunto entre governos, empresas e sociedade civil, por meio de fiscalização rigorosa, políticas públicas eficazes e incentivos à economia sustentável. Somente com ações coordenadas será possível garantir a preservação das florestas para as futuras gerações.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEUS EFEITOS NO PLANETA

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios ambientais do século XXI. O aumento da temperatura global, a intensificação de eventos climáticos extremos e as alterações nos ecossistemas afetam a vida no planeta de diversas formas. Neste tópico, discutiremos as principais causas das mudanças climáticas, seus impactos ambientais e sociais, além das políticas globais para mitigar esse problema.

► **O que são mudanças climáticas?**

Mudanças climáticas referem-se a variações significativas e de longo prazo nas condições meteorológicas da Terra. Embora o clima do planeta tenha mudado naturalmente ao longo de milhões de anos, as atividades humanas têm acelerado esse processo de maneira preocupante.

Causas naturais das mudanças climáticas:

Ao longo da história, a Terra passou por diferentes períodos climáticos devido a fatores naturais, como:

- **Variações na órbita terrestre** (Ciclos de Milankovitch), que influenciam a quantidade de radiação solar recebida.
- **Atividade vulcânica**, que pode liberar grandes quantidades de gases e partículas na atmosfera, resfriando ou aquecendo o planeta.

- **Mudanças na radiação solar**, que podem alterar a temperatura global.

Causas antropogênicas (humanas) das mudanças climáticas:

A partir da Revolução Industrial, as atividades humanas passaram a emitir grandes quantidades de gases de efeito estufa (GEE), intensificando o aquecimento global. As principais fontes desses gases são:

- **Queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural):** usada para geração de energia, transporte e indústrias.
- **Desmatamento e queimadas:** reduzem a capacidade das florestas de absorver CO₂ e liberam carbono armazenado na vegetação.
- **Atividade agropecuária:** libera metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), dois gases com alto potencial de aquecimento global.

Os gases de efeito estufa retêm o calor na atmosfera, impedindo que ele seja dissipado para o espaço. Isso resulta no aumento das temperaturas globais e em diversas alterações climáticas.

► **Consequências das mudanças climáticas**

O aquecimento global já provoca transformações profundas nos ecossistemas e na vida das populações humanas. Entre os principais efeitos, destacam-se:

Aumento das temperaturas globais:

A temperatura média global já aumentou aproximadamente 1,1°C desde a era pré-industrial. Esse aquecimento tem consequências graves, como:

- Maior incidência de ondas de calor, que afetam a saúde humana e a produtividade agrícola.
- Derretimento de geleiras e calotas polares, contribuindo para a elevação do nível do mar.

Eventos climáticos extremos:

A intensificação de fenômenos naturais tem sido observada em várias partes do mundo, incluindo:

- **Furacões e tempestades mais intensas** devido ao aumento da temperatura dos oceanos.
- **Secas prolongadas**, afetando a produção de alimentos e o abastecimento de água.
- **Chuvas torrenciais e enchentes**, causando deslizamentos de terra e prejuízos econômicos.

Elevação do nível do mar e impacto em áreas costeiras:

Com o derretimento das geleiras e a expansão térmica da água dos oceanos, o nível do mar tem subido de maneira acelerada. Isso ameaça populações que vivem em áreas costeiras, como:

- Cidades litorâneas podem ser inundadas, forçando a migração de milhões de pessoas.
- Pequenos países-ilhas, como Maldivas e Tuvalu, correm risco de desaparecer.



Impactos na biodiversidade:

As mudanças climáticas afetam diretamente os ecossistemas, levando à extinção de diversas espécies. Alguns exemplos incluem:

- **Branqueamento de corais**, causado pelo aumento da temperatura dos oceanos.
- **Alteração nos padrões de migração de aves e mamíferos**, dificultando a reprodução e alimentação de várias espécies.

Impactos na saúde humana:

As mudanças climáticas também influenciam a saúde global, provocando:

- **Aumento de doenças respiratórias** devido à poluição e queimadas.
- **Propagação de doenças tropicais** (como dengue e malária), pois os mosquitos vetores expandem suas áreas de ocorrência.
- **Problemas de segurança alimentar**, com a redução da produtividade agrícola devido à seca e ao calor excessivo.

► **Políticas e ações para mitigar as mudanças climáticas**

O combate às mudanças climáticas exige ações coordenadas em nível global, nacional e local. Diversos acordos internacionais e políticas públicas têm sido adotados para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e minimizar os impactos do aquecimento global.

Acordos internacionais:

Os principais tratados e compromissos globais incluem:

- **Protocolo de Kyoto (1997):** Primeiro acordo internacional para redução de emissões, estabelecendo metas obrigatórias para países desenvolvidos.
- **Acordo de Paris (2015):** Objetiva limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, por meio de compromissos nacionais voluntários de redução de emissões.
- **COP (Conferência das Partes):** Reuniões anuais da ONU para avaliar e revisar as metas climáticas globais.

Políticas nacionais e regionais:

Os países têm adotado diferentes estratégias para combater as mudanças climáticas, incluindo:

- **Transição para energias renováveis:** Investimento em energia solar, eólica e hidrelétrica para reduzir a dependência de combustíveis fósseis.
- **Reflorestamento e preservação de biomas:** No Brasil, o combate ao desmatamento da Amazônia é essencial para reduzir emissões.
- **Impostos sobre carbono:** Alguns países implementaram taxas para empresas que emitem grandes quantidades de CO₂, incentivando práticas sustentáveis.

Papel da sociedade e das empresas:

Além das políticas governamentais, a sociedade e o setor privado têm papel fundamental na mitigação das mudanças climáticas. Algumas ações importantes incluem:

- **Consumo consciente:** Redução do desperdício, reutilização de materiais e escolha por produtos sustentáveis.
- **Mobilidade sustentável:** Uso de transporte público, bicicletas e veículos elétricos para diminuir a poluição.

- **Empresas neutras em carbono:** Muitas corporações têm adotado práticas sustentáveis, como compensação de emissões e economia circular.

As mudanças climáticas são uma ameaça global que exige respostas urgentes. O aumento da temperatura, a intensificação de eventos climáticos extremos e a perda de biodiversidade já estão impactando a vida no planeta. Para enfrentar esse desafio, é fundamental a cooperação entre governos, empresas e sociedade civil, com a adoção de políticas sustentáveis e a transição para uma economia de baixo carbono. Somente com ações coordenadas e contínuas será possível minimizar os impactos do aquecimento global e garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

A biodiversidade é essencial para a manutenção dos ecossistemas e para a sobrevivência da humanidade. No entanto, a destruição de habitats, a poluição e as mudanças climáticas colocam em risco milhares de espécies ao redor do mundo. Neste tópico, discutiremos a importância da biodiversidade, os principais desafios para sua preservação e as estratégias que podem ser adotadas para proteger a riqueza biológica do planeta.

► **A importância da biodiversidade**

A biodiversidade refere-se à variedade de formas de vida na Terra, incluindo animais, plantas, microrganismos e ecossistemas. Ela é fundamental para o equilíbrio ambiental, pois garante serviços ecológicos essenciais, como:

Manutenção dos ecossistemas:

Os ecossistemas dependem da interação entre diferentes espécies para funcionarem adequadamente. Por exemplo:

- As florestas regulam o ciclo da água e do carbono, influenciando o clima global.
- Os recifes de corais servem de abrigo para diversas espécies marinhas, sustentando a cadeia alimentar oceânica.

Serviços ecossistêmicos essenciais:

A biodiversidade proporciona benefícios diretos e indiretos à humanidade, incluindo:

- **Polinização de plantas:** Abelhas, borboletas e outros polinizadores são essenciais para a produção de alimentos.
- **Purificação da água e do ar:** Florestas e áreas alagadas filtram poluentes, melhorando a qualidade dos recursos naturais.
- **Equilíbrio climático:** Árvores absorvem CO₂ e ajudam a mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Fonte de recursos para a humanidade:

A biodiversidade é responsável por muitos recursos utilizados pela sociedade, como:

- **Alimentos:** A diversidade genética das plantas garante cultivos mais resistentes.
- **Medicina:** Muitas substâncias presentes em plantas e microrganismos são usadas para fabricar medicamentos.

Dada sua importância, a preservação da biodiversidade é essencial para garantir o bem-estar humano e a sustentabilidade do planeta.



► **Principais ameaças à biodiversidade**

A perda da biodiversidade ocorre de forma acelerada devido à ação humana. Entre os principais fatores responsáveis por essa degradação, destacam-se:

Destruição de habitats:

A expansão da agropecuária, a urbanização e a construção de infraestruturas resultam no desmatamento e na fragmentação de ecossistemas. Como consequência:

- Espécies perdem seus locais de reprodução e alimentação.
- A conectividade entre populações é reduzida, aumentando o risco de extinção.

Mudanças climáticas:

O aumento da temperatura global altera os ciclos naturais e ameaça várias espécies:

- Alguns animais não conseguem migrar para climas mais adequados.
- O aquecimento dos oceanos provoca o branqueamento dos corais, afetando a vida marinha.

Poluição:

A contaminação do meio ambiente afeta diretamente os organismos vivos:

- **Poluição da água:** Substâncias químicas e plásticos ameaçam a fauna aquática.
- **Poluição do ar:** Emissões de poluentes reduzem a capacidade de algumas plantas realizarem fotossíntese.
- **Poluição do solo:** O uso excessivo de agrotóxicos prejudica insetos polinizadores e a fertilidade da terra.

Introdução de espécies exóticas:

Espécies invasoras podem competir com as nativas, causando desequilíbrio ecológico. Alguns exemplos incluem:

- O mexilhão-dourado, originário da Ásia, que ameaça ecossistemas de rios brasileiros.
- O javali europeu, que destrói lavouras e prejudica a fauna nativa.

Tráfico de animais silvestres:

O comércio ilegal de espécies afeta populações animais e vegetais, levando muitas ao risco de extinção. O Brasil é um dos países mais afetados por essa prática, especialmente em relação a aves e répteis.

► **Estratégias para a preservação da biodiversidade**

A conservação da biodiversidade exige ações coordenadas entre governos, empresas e sociedade civil. Algumas das principais estratégias incluem:

Criação e fortalecimento de unidades de conservação:

As unidades de conservação são áreas protegidas destinadas à preservação ambiental. No Brasil, elas incluem:

- **Parques Nacionais**, que protegem ecossistemas naturais e permitem atividades recreativas controladas.
- **Reservas Extrativistas**, onde populações tradicionais podem explorar recursos naturais de forma sustentável.
- **Áreas de Proteção Ambiental (APAs)**, que permitem atividades econômicas compatíveis com a conservação.

Recuperação de áreas degradadas:

Projetos de reflorestamento e restauração ecológica são essenciais para recuperar ecossistemas destruídos. Algumas iniciativas bem-sucedidas incluem:

- O Projeto Tamar, que protege tartarugas marinhas ameaçadas de extinção.
- O Programa de Restauração da Mata Atlântica, que promove a recomposição da vegetação nativa.

Uso sustentável dos recursos naturais:

O desenvolvimento sustentável busca equilibrar crescimento econômico e conservação ambiental. Algumas práticas importantes incluem:

- **Agricultura sustentável**, que reduz o uso de agrotóxicos e adota sistemas agroflorestais.
- **Pesca responsável**, que evita a exploração excessiva de estoques pesqueiros.
- **Economia circular**, que minimiza o desperdício de materiais e incentiva a reciclagem.

Educação e conscientização ambiental:

O envolvimento da sociedade é fundamental para a preservação da biodiversidade. Algumas ações importantes incluem:

- **Programas de educação ambiental em escolas e comunidades.**
- **Campanhas contra o tráfico de animais silvestres.**
- **Incentivo ao consumo consciente, como a escolha de produtos certificados e sustentáveis.**

Legislação e fiscalização ambiental:

Leis rigorosas e fiscalização eficiente são essenciais para garantir a proteção da biodiversidade. No Brasil, algumas legislações importantes incluem:

- **Código Florestal**, que estabelece regras para a proteção de vegetação nativa.
- **Lei de Crimes Ambientais**, que pune atividades ilegais como desmatamento e tráfico de animais.

Além disso, órgãos como IBAMA e ICMBio desempenham um papel fundamental na fiscalização ambiental.

A preservação da biodiversidade é um desafio global que exige esforços conjuntos entre governos, empresas e a sociedade. A destruição de habitats, as mudanças climáticas e o tráfico de animais são algumas das principais ameaças à vida no planeta. No entanto, por meio da criação de áreas protegidas, do uso sustentável dos recursos naturais e da conscientização ambiental, é possível garantir um futuro equilibrado para as próximas gerações. Proteger a biodiversidade não é apenas uma questão ecológica, mas também uma necessidade para a sobrevivência da humanidade.

O PAPEL DA SOCIEDADE NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental é um dos grandes desafios do século XXI, e seu sucesso depende do envolvimento de toda a sociedade. Governos e empresas possuem um papel fundamental na formulação e implementação de políticas ambientais, mas a participação ativa dos cidadãos é essencial para promover mudanças efetivas. Neste tópico, discutiremos como indivíduos, comunidades e organizações podem contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que se destaca por sua atuação na defesa de direitos e na promoção da justiça social. O assistente social trabalha diretamente com indivíduos, grupos e comunidades, buscando melhorar suas condições de vida e acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação, habitação e trabalho. Seu papel é essencial na mediação de conflitos e na formulação de estratégias que combatam a desigualdade e a exclusão social.

Ao longo do tempo, a profissão de assistente social passou por diversas transformações, adaptando-se às mudanças sociais, políticas e econômicas. O Serviço Social, que inicialmente era visto como uma prática assistencialista, evoluiu para uma profissão crítica e propositiva, voltada para a construção de políticas públicas e a garantia dos direitos dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Os assistentes sociais atuam em diferentes contextos, como na saúde, educação, sistema judiciário, previdência social e assistência social, entre outros. Essa amplitude de atuação reflete a importância da profissão no enfrentamento das problemáticas sociais que afetam as camadas mais desfavorecidas da população.

Além disso, o trabalho em equipes multi e interdisciplinares e a necessidade de uma atuação ética e fundamentada em legislações específicas, como o Código de Ética e a Lei nº 8.662/1993, reforçam o compromisso do assistente social com a transformação social. O uso da instrumentalidade na prática profissional também possibilita intervenções eficazes, orientadas por técnicas e métodos que permitem o diagnóstico e a ação precisa diante das complexas demandas sociais.

Significado Sócio-histórico da Profissão de Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão que surgiu em um contexto de transformações profundas nas estruturas econômicas e sociais, particularmente ligadas ao avanço do capitalismo industrial e à urbanização. O surgimento da profissão reflete a necessidade de lidar com as consequências sociais dessas mudanças, como o aumento da pobreza, desigualdade, precariedade das condições de trabalho e exclusão social. Para compreender o significado do Serviço Social, é fundamental olhar para o seu desenvolvimento sócio-histórico e como ele se configurou como uma prática voltada para a proteção social e a garantia de direitos.

1. Surgimento do Serviço Social no Mundo

O Serviço Social emergiu no final do século XIX e início do século XX, em países da Europa e nos Estados Unidos, como uma resposta às problemáticas sociais geradas pela Revolução Industrial. O crescimento acelerado das cidades, a exploração da classe trabalhadora e as condições degradantes de vida de

boa parte da população urbana expuseram a necessidade de intervenções organizadas para mitigar os efeitos da pobreza e da desigualdade.

Nessa época, o Serviço Social estava fortemente vinculado a instituições de caridade e à Igreja, sendo caracterizado por um caráter assistencialista e filantrópico. A ação social tinha, inicialmente, um foco religioso e moral, voltada para a ajuda aos mais pobres, sem uma análise crítica das causas estruturais que geravam a exclusão social. A profissão buscava, em seus primórdios, “disciplinar” os comportamentos dos pobres e promovê-los socialmente, com base em normas e valores da moral burguesa.

Nos Estados Unidos, o surgimento da Case Work (trabalho de caso) e dos Settlement Houses (casas comunitárias) deu origem a práticas de intervenção social organizadas, que viriam a influenciar o desenvolvimento da profissão em outras partes do mundo, incluindo o Brasil.

2. O Serviço Social no Brasil: Contexto e Evolução

No Brasil, o Serviço Social começou a ser estruturado como profissão nas décadas de 1930 e 1940, em um contexto de industrialização crescente e consolidação do Estado Novo de Getúlio Vargas. A partir dessa época, o Brasil vivia mudanças econômicas significativas, com o crescimento das cidades e a ampliação das classes urbanas, ao mesmo tempo em que a questão social se tornava mais visível, especialmente nas áreas de saúde, habitação e trabalho.

O Serviço Social brasileiro foi influenciado pelas experiências europeias, especialmente as práticas assistencialistas e católicas vindas da Bélgica e da França. Nesse período, a profissão estava ligada às organizações caritativas e à Igreja Católica, tendo como foco o atendimento às demandas imediatas dos pobres, em um caráter de benevolência e moralidade cristã. Essa fase assistencialista do Serviço Social no Brasil tinha como objetivo “aliviar” os problemas sociais, mas sem questionar profundamente suas causas estruturais.

A profissionalização formal do Serviço Social no Brasil se deu com a criação das primeiras escolas de Serviço Social. Em 1936, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, vinculada à Igreja Católica, e em 1937 a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. Ambas tiveram como objetivo formar assistentes sociais para atuar em instituições de caridade e no campo da assistência social voltada para a classe trabalhadora.

3. Transformações e Crítica ao Assistencialismo

A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil começou a passar por um processo de crítica ao seu caráter assistencialista. Com a emergência de movimentos sociais e políticos, como o movimento operário e a luta pelos direitos civis e sociais, os profissionais do Serviço Social começaram a

questionar sua função limitada à ajuda caritativa e começaram a adotar uma postura mais crítica e propositiva, orientada para a promoção de mudanças estruturais na sociedade.

Esse processo de reconstrução teórica do Serviço Social foi influenciado pela Teoria Crítica e pelo marxismo, que trouxeram novas ferramentas para a análise das desigualdades sociais e das condições de vida dos trabalhadores. O Serviço Social passou a ser entendido como uma profissão que, além de lidar com as demandas imediatas da população, deveria buscar a transformação social e o fortalecimento da cidadania.

Foi nesse contexto que a profissão começou a se distanciar das práticas meramente assistenciais, para assumir um papel de mediação entre as demandas sociais e as políticas públicas. O Código de Ética Profissional de 1993 consolidou essa visão crítica e progressista da profissão, orientando os assistentes sociais a atuar na defesa dos direitos humanos, na democratização das políticas públicas e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4. O Serviço Social e as Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo

Atualmente, o Serviço Social é uma profissão reconhecida como essencial para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas no Brasil. O assistente social atua em diversas áreas, como saúde, educação, habitação, sistema judiciário, assistência social e previdência. Sua prática é guiada por uma análise crítica das causas estruturais da desigualdade social, trabalhando para reduzir as disparidades que afetam principalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade.

O significado sócio-histórico da profissão é marcado por seu compromisso com a justiça social, a cidadania e a democratização das políticas públicas. No Brasil contemporâneo, o Serviço Social desempenha um papel fundamental na implementação de políticas sociais que garantem direitos básicos, como o acesso à saúde, educação, habitação e a proteção social de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros segmentos vulneráveis.

5. Desafios e Perspectivas para o Futuro

Apesar dos avanços, o Serviço Social ainda enfrenta desafios consideráveis no Brasil, como o subfinanciamento das políticas sociais, o aumento da desigualdade e a precarização do trabalho. Além disso, a profissão está em constante diálogo com as mudanças no contexto socioeconômico e político, que afetam diretamente a proteção social e a segurança dos direitos sociais.

A profissão precisa, portanto, manter seu compromisso com a análise crítica da realidade social e com a defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que adapta suas práticas para responder aos novos desafios impostos pela globalização, pelas crises econômicas e pelas transformações no mercado de trabalho.

Serviço Social e Sociedade

O Serviço Social desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, atuando diretamente na mediação entre as demandas sociais e as respostas do Estado, das instituições e da sociedade civil. A profissão tem como compromisso a promoção da justiça social, a garantia de direitos e a redução das desigualdades, colocando o assistente social como um agente de transformação social.

A relação entre o Serviço Social e a sociedade é historicamente complexa e permeada por desafios. A profissão surge e se consolida como uma resposta às demandas sociais geradas pelas crises econômicas, pela industrialização, pela urbanização e pelas transformações no mercado de trabalho, que afetaram diretamente as condições de vida de amplos setores da população. O assistente social tem como objetivo mediar conflitos e buscar soluções coletivas e estruturadas para os problemas sociais, atuando tanto no nível individual quanto comunitário.

1. O Papel do Assistente Social na Sociedade

O assistente social tem um papel central na mediação das demandas sociais e na articulação de respostas adequadas através de políticas públicas e ações institucionais. A atuação desse profissional é diversa, abrangendo setores como saúde, educação, justiça, previdência e assistência social, entre outros.

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, o que torna a atuação do assistente social indispensável na promoção de um processo de inclusão social. No cenário atual, os assistentes sociais lidam diretamente com as consequências da desigualdade, como o aumento da pobreza, o desemprego, a precariedade das condições de trabalho, a violência e a exclusão de grupos vulneráveis.

Os segmentos mais afetados por essas desigualdades incluem:

- Crianças e adolescentes em situação de risco.
- Idosos e pessoas com deficiência, muitas vezes desamparados ou com acesso limitado a cuidados e direitos.
- Pessoas em situação de rua e outros grupos em extrema vulnerabilidade social.
- Mulheres, especialmente vítimas de violência doméstica ou de exclusão econômica.
- Comunidades indígenas e quilombolas, que lutam pela preservação de seus direitos e culturas.

O papel do assistente social não se limita ao atendimento emergencial. Ele deve articular soluções coletivas, lutando pela implementação de políticas públicas estruturantes que promovam uma transformação mais ampla na sociedade. Isso envolve a proposição de mudanças no sistema social e econômico para garantir que os direitos fundamentais sejam respeitados e acessíveis a todos.

2. A Relação entre Serviço Social e Demandas Sociais

A relação entre o Serviço Social e as demandas sociais é direta e dinâmica. As demandas sociais são reflexo das contradições estruturais da sociedade, como a distribuição desigual de renda, as dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, e as falhas no atendimento das necessidades básicas da população.

O assistente social é um profissional que atua em várias frentes, desde o atendimento às demandas individuais até a organização de respostas coletivas, sempre com o intuito de empoderar os indivíduos e suas comunidades para que possam reivindicar e conquistar seus direitos. Entre as principais demandas sociais que o Serviço Social enfrenta estão:

- **Violação de direitos humanos:** Pessoas em situações de violência, negligência ou abandono frequentemente dependem da intervenção de assistentes sociais para acessar redes de proteção e defesa de seus direitos.

- **Acesso à saúde e educação:** Muitos cidadãos têm dificuldade em acessar serviços públicos essenciais, e o assistente social atua como um facilitador nesse processo, especialmente dentro de políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e os programas educacionais.

- **Desigualdade e pobreza:** O enfrentamento da pobreza extrema e da exclusão social é um dos maiores desafios. O Serviço Social busca propor alternativas para promover a inclusão de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, muitas vezes por meio de programas de transferência de renda e ações de proteção social.

- **Assistência social:** A operacionalização dos direitos sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família (agora substituído pelo Auxílio Brasil) e outros programas de assistência, depende muitas vezes da intermediação de assistentes sociais.

3. A Intervenção do Serviço Social nas Políticas Públicas

O Serviço Social, ao longo de sua história, foi se consolidando como uma profissão estratégica para a formulação, execução e avaliação das políticas públicas no Brasil. Políticas públicas são instrumentos fundamentais para enfrentar as questões sociais, e os assistentes sociais desempenham um papel crucial na construção dessas respostas, atuando tanto no nível da gestão quanto na implementação dos programas.

Os assistentes sociais são profissionais que operam diretamente no campo das políticas de assistência social, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e no campo da saúde, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Também estão presentes em instituições de educação, justiça e previdência, promovendo o acesso aos serviços e direitos sociais, além de monitorar e avaliar a eficácia das políticas implementadas.

4. Desafios Contemporâneos para o Serviço Social e a Sociedade

Atualmente, o Serviço Social enfrenta desafios estruturais que são reflexo da crise social, econômica e política do Brasil. O aumento da pobreza, a precarização do trabalho e o desmonte de políticas públicas voltadas para os direitos sociais colocam uma pressão cada vez maior sobre os profissionais do Serviço Social. A seguir, destacam-se alguns dos principais desafios que o Serviço Social enfrenta na sociedade contemporânea:

4.1. Desigualdade Social e Pobreza

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda no mundo, e as diferenças sociais se acentuam em momentos de crise. A desigualdade afeta diretamente o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia e emprego. O aumento da pobreza e da informalidade no trabalho, exacerbado pela crise econômica, impõe ao Serviço Social o desafio de enfrentar a exclusão social e propor alternativas que garantam maior inclusão dos setores marginalizados.

4.2. Precarização do Trabalho e Informalidade

A precarização do trabalho, com a crescente informalidade e a flexibilização das relações laborais, tem impactado diretamente o acesso à previdência e à proteção social. Assistentes sociais precisam lidar com as consequências desse processo, atendendo um número crescente de trabalhadores informais que não têm acesso a direitos básicos, como aposentadoria, licença-maternidade e seguro-desemprego.

4.3. Desmonte das Políticas Públicas

Nos últimos anos, houve um enfraquecimento das políticas sociais, com cortes de orçamento e redução de programas de assistência, o que dificulta a implementação de ações efetivas para enfrentar a desigualdade. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por exemplo, vem sofrendo redução de investimentos, o que afeta diretamente a qualidade e o alcance dos serviços oferecidos à população.

4.4. Novas Configurações Familiares e Sociais

As transformações nas configurações familiares, como o aumento de famílias monoparentais e as mudanças nos papéis de gênero, também trazem desafios ao Serviço Social. Assistentes sociais precisam se adaptar para atender essas novas realidades, com demandas que vão desde a proteção de famílias chefiadas por mulheres até o acolhimento de questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade.

5. O Compromisso do Serviço Social com a Justiça Social

Apesar dos desafios, o Serviço Social mantém seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A profissão se baseia em valores éticos e princípios que norteiam sua atuação, como o respeito à dignidade humana, a defesa dos direitos humanos, a promoção da igualdade e o combate a todas as formas de opressão e discriminação.

O assistente social é um profissional que, mais do que responder às demandas imediatas, busca construir respostas estruturais para os problemas sociais, promovendo a democratização do acesso aos direitos e a participação ativa da população nos processos de transformação social.

Instrumentalidade do Serviço Social

A instrumentalidade no Serviço Social refere-se à capacidade do assistente social de utilizar instrumentos, técnicas e métodos de forma eficaz para realizar suas intervenções junto aos indivíduos, grupos e comunidades. Trata-se de um conceito central para a profissão, pois permite que o assistente social combine suas competências teóricas e práticas, com o objetivo de transformar a realidade social. A instrumentalidade não se limita ao uso de ferramentas práticas, mas envolve a mediação entre o saber teórico e a ação prática, tornando a intervenção social mais eficaz e significativa.

A atuação profissional do assistente social exige uma capacidade crítica e reflexiva para interpretar as demandas sociais e, a partir dessa análise, propor intervenções que levem à garantia de direitos e ao enfrentamento das desigualdades. A instrumentalidade, nesse contexto, é o que permite ao profissional lidar com a complexidade da realidade social e oferecer respostas adequadas às diversas situações que surgem em seu campo de atuação.

1. Conceito de Instrumentalidade no Serviço Social

O conceito de instrumentalidade no Serviço Social é utilizado para expressar a forma como o assistente social utiliza recursos teóricos, metodológicos e técnicos para intervir nas diversas realidades em que atua. Esse conceito vai além do uso de ferramentas ou instrumentos específicos (como entrevistas ou relatórios), englobando a capacidade de articulação entre a teoria e a prática, a ética profissional e a visão crítica da sociedade.

A instrumentalidade, portanto, é entendida como uma dimensão operativa do trabalho do assistente social, permitindo que o conhecimento acumulado seja aplicado de maneira estratégica para responder às demandas sociais. Para isso, o profissional deve ser capaz de:

- Analisar criticamente a realidade social, considerando seus determinantes históricos, políticos e econômicos.
- Utilizar instrumentos técnicos (como entrevistas, visitas domiciliares, relatórios e estudos sociais) para obter informações relevantes.
- Aplicar metodologias adequadas para planejar, implementar e avaliar intervenções sociais.
- Mediar conflitos e demandas entre os sujeitos atendidos e as instituições públicas ou privadas.

A instrumentalidade está diretamente ligada à competência técnica e política do assistente social, que deve estar preparado para atuar em diferentes contextos e situações, seja no campo da saúde, educação, assistência social, justiça, ou outros setores.

2. Os Instrumentos do Serviço Social

No dia a dia da prática profissional, o assistente social utiliza uma série de instrumentos técnicos que facilitam sua intervenção. Esses instrumentos não são utilizados de forma mecânica, mas a partir de uma leitura crítica da situação social e dos objetivos que o profissional deseja alcançar. Entre os principais instrumentos do Serviço Social, destacam-se:

2.1. Entrevista Social

A entrevista social é um dos instrumentos mais utilizados pelo assistente social. Por meio dela, o profissional busca compreender as condições de vida, as demandas e os contextos dos indivíduos ou famílias que atende. A entrevista permite que o assistente social colete informações, identifique problemas e, a partir disso, planeje suas intervenções.

A eficácia da entrevista depende da habilidade do assistente social em escutar ativamente, construir um ambiente de confiança e garantir que os sujeitos tenham espaço para expressar suas dificuldades e necessidades. Ela pode ser utilizada em diferentes momentos da intervenção, desde o acolhimento até a avaliação dos resultados.

2.2. Visita Domiciliar

A visita domiciliar é outro instrumento importante, principalmente em situações que exigem a avaliação do ambiente familiar ou das condições de moradia. Durante a visita, o assistente social pode observar aspectos que não seriam revelados apenas pela entrevista, como a dinâmica familiar, as condições de higiene e saneamento, o acesso a bens e serviços, entre outros.

Esse instrumento é amplamente utilizado em políticas de proteção à criança e ao adolescente, na assistência social, em ações de saúde pública e em programas de habitação. A visita domiciliar permite uma aproximação direta da realidade do usuário e contribui para um diagnóstico mais completo.

2.3. Relatório e Parecer Social

O relatório social é um documento técnico que apresenta uma análise detalhada da situação vivenciada pelos indivíduos, famílias ou grupos atendidos, com base nas informações coletadas em entrevistas, visitas domiciliares e outros procedimentos. O relatório é uma peça fundamental para orientar decisões institucionais e jurídicas, sendo muitas vezes solicitado por juízes, gestores de políticas públicas ou outros profissionais.

O parecer social, por sua vez, é um documento mais específico, no qual o assistente social apresenta sua opinião técnica sobre uma situação particular, com base em sua análise profissional e nos dados coletados. Ele pode ser utilizado, por exemplo, em processos judiciais envolvendo tutela de menores, reintegração familiar ou concessão de benefícios assistenciais.

2.4. Estudo Social

O estudo social é uma ferramenta de análise mais ampla, que envolve a investigação aprofundada das condições sociais de um indivíduo, família ou comunidade. Diferente de um relatório ou parecer, o estudo social é mais detalhado e visa compreender de forma mais abrangente as relações sociais, culturais e econômicas que impactam a vida dos sujeitos envolvidos.

Esse instrumento é essencial em contextos complexos, como em intervenções relacionadas à violação de direitos, conflitos familiares ou problemas de saúde mental. O estudo social permite uma leitura crítica da realidade, com base na qual o assistente social pode elaborar estratégias de intervenção mais eficazes.

2.5. Planejamento de Intervenções

O planejamento é um dos instrumentos mais estratégicos da instrumentalidade do Serviço Social. A partir do planejamento, o assistente social pode organizar suas ações, definindo objetivos, metas e metodologias para alcançar os resultados esperados. O planejamento de uma intervenção social envolve a análise da situação problema, a definição dos recursos disponíveis, a escolha das ações a serem executadas e o acompanhamento do processo.

Esse planejamento pode ocorrer tanto em âmbito individual (com foco em um caso específico) quanto em nível coletivo, como na implementação de programas sociais e políticas públicas.

3. A Articulação Teoria e Prática no Serviço Social

A instrumentalidade do Serviço Social não se limita ao uso de técnicas e ferramentas operacionais. Ela envolve, acima de tudo, a articulação entre a teoria e a prática, que é fundamental para uma intervenção social crítica e eficiente. O assistente social deve ser capaz de aplicar seus conhecimentos teóricos à realidade concreta, desenvolvendo uma prática reflexiva e comprometida com a transformação social.